

**Coopecredi Guariba - Cooperativa de
Crédito “Sicoob Coopecredi”**

**Demonstrações financeiras de 31 de dezembro
de 2020 e o relatório do auditor independente**



Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito “Sicoob Coopecredi”

Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e o relatório do auditor independente

Sumário

Relatório da Administração	4
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	7
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações do resultado	12
Demonstrações do resultado abrangente	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17
1 Contexto operacional.....	17
2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis.....	18
3 Caixa e equivalentes de caixa	22
4 Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	22
5 Títulos e valores mobiliários.....	23
6 Relações interfinanceiras.....	23
7 Operações de crédito	24
8 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	28
9 Outros créditos	29
10 Outros valores e bens.....	29
11 Investimentos	30
12 Imobilizado de uso e intangível.....	30
13 Depósitos	30
14 Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias	31
15 Relações interfinanceiras.....	32
16 Relações interdependências.....	32
17 Obrigações por empréstimos e repasses.....	32
18 Provisões.....	33
19 Outras obrigações	34
20 Patrimônio líquido.....	35
21 Outros ingressos operacionais.....	36
22 Dispêndios administrativos	37
23 Dispêndios de pessoal e honorários	37
24 Outros dispêndios operacionais.....	37
25 Coobrigações e riscos em garantias prestadas.....	37
26 Seguros contratados.....	38
27 Instrumentos financeiros.....	38
28 Partes relacionadas	38
29 Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo	39
30 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos	39
31 Índice de Basileia	41

Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito “Sicoob Coopecredi”**Relatório da Administração**

(Em milhares de reais)

Senhores associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2020 da Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito “Sicoob Coopecredi”, na forma da legislação em vigor.

1. Política operacional

Em 15/12/2020 o Sicoob Coopecredi completou 46 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os associados. A atuação junto aos seus associados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de resultados

No exercício de 2020, o Sicoob Coopecredi obteve um resultado antes da tributação e das participações de R\$ 29.753 representando um retorno sobre o patrimônio líquido de 8,6%.

3. Ativos

Os recursos totais, disponibilidades, aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e centralização financeira, somaram R\$ 696.020. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 420.986.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira rural	R\$ 190.934	45%
Carteira comercial	R\$ 230.052	55%

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 34% da carteira, no montante de R\$ 141.890.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 790.353, apresentaram um aumento em relação ao mesmo período do exercício anterior de 19%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	R\$ 126.668	16%
Depósitos a prazo	R\$ 511.354	65%
Depósitos sob aviso	R\$ 1.708	0%
LCA	R\$ 137.199	17%
LCI	R\$ 13.424	2%

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 38% da captação, no montante de R\$ 304.117.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do Sicoob Coopecredi era de R\$ 345.663. O quadro social era composto por 7.910 associados, havendo um acréscimo de 12% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do “*rating*” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O Sicoob Coopecredi adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 96% nos níveis de “AA” a “C”.

7. Governança corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da Cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Sicoob São Paulo, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa utiliza sua Política de Crédito, e outros manuais sistêmicos, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Os mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela Cooperativa.

Destacamos que, desde julho de 2018, o Sicoob Coopecredi aderiu a centralização contábil junto ao Sicoob São Paulo. A centralização dos serviços junto à cooperativa central visa proporcionar a padronização de processos, redução de custos, ganho de escala, bem como, garantir a segregação de função entre as áreas contábil e financeira.

A maioria dos membros da diretoria executiva possuem a certificação de diretor do Sicoob e dos membros do conselho de administração possuem a certificação de conselheiros de administração do Sicoob.

8. Conselho Fiscal

Eleito na AGO de 2020, com mandato até a AGO de 2021, o conselho fiscal tem função complementar à do conselho de administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial semestral e anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob Coopecredi aderiram, em 18 de setembro de 2007, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos empregados, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos associados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do Sicoob, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, a ouvidoria do Sicoob Coopecredi registrou 23 manifestações, sendo 19 de associados e 4 de não associados, sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

Das 23 manifestações classificadas como reclamação, 3 foram consideradas procedentes; as outras 20 manifestações foram consideradas improcedentes. Todas as manifestações foram resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Guariba (SP), 12 de fevereiro de 2021.

Conselho de Administração e Diretoria

**Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras**

Aos associados e administradores da
Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito “Sicoob Coopecredi”
Guariba SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito “Sicoob Coopecredi” (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito “Sicoob Coopecredi” em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva**Baixa de passivo em contrapartida ao patrimônio líquido em desacordo com as práticas contábeis**

Conforme mencionado na nota explicativa 18a (i), a Cooperativa registrou, em dezembro de 2020, a baixa de provisão para contingências no passivo não circulante, no montante de R\$ 138.710 mil, correspondente ao valor líquido levantado pela Cooperativa pelo êxito em ação judicial que questionava a exigibilidade da retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF sobre os rendimentos auferidos por seus associados nas aplicações financeiras realizadas com ela, em contrapartida do “Fundo de Reserva de Contingência Fiscal” no patrimônio líquido. Esse fundo e seu regulamento foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária. Todavia, o referido montante possui característica de obrigação com os associados que tiveram o imposto retido. Portanto, o procedimento adotado pela Cooperativa de reversão do passivo em contrapartida ao patrimônio líquido, está em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante está apresentado a menor e o patrimônio líquido está apresentado a maior em R\$ 138.710 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador

e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 12 de fevereiro de 2021.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



Hélio Mazzi Júnior
CRC 1SP189107/O-3

Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito "Sicoob Coopecredi"

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				Passivo			
Circulante		995.493	1.005.824	Circulante		805.334	820.158
Disponibilidades	3	2.336	2.686	Depósitos e demais instrumentos financeiros			
Instrumentos financeiros				Depósitos	13	634.340	429.414
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	77.238	238.609	Recursos aceites cambiais e letras imobiliárias	14	134.483	234.048
Títulos e valores mobiliários	5	90.026	392.220	Relações interfinanceiras	15	16.673	137.555
Relações interfinanceiras	6	526.420	6.688	Relações interdependências	16	4.756	1.445
Operações de crédito	7	298.035	223.543	Obrigações por empréstimos e repasses	17	51	51
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(6.569)	(6.325)	Provisões	18	477	9.186
Outros créditos	9	2.026	148.379	Outras obrigações	19	14.554	8.459
Outros valores e bens	10	5.981	24				
Não circulante		182.907	266.343	Não circulante		27.181	261.140
Realizável à longo prazo				Exigível a longo prazo			
Instrumentos financeiros				Depósitos e demais instrumentos financeiros			
Operações de crédito	7	122.951	202.543	Depósitos	13	5.390	-
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(3.261)	(4.029)	Recursos aceites cambiais e letras imobiliárias	14	16.140	-
Outros créditos	9	6.830	6.444	Relações interfinanceiras	15	-	117.504
Outros valores e bens	10	5.579	15.719	Obrigações por empréstimos e repasses	17	191	235
Investimentos	11	38.147	35.950	Provisões	18	5.460	143.401
Imobilizado de uso	12	17.205	13.540				
Intangível	12	593	534	Resultados de Exercícios Futuros		91	-
(-) Depreciações e amortizações	12	(5.137)	(4.358)	Rendas antecipadas		91	-
				Patrimônio líquido	20	345.794	190.869
				Capital social		117.350	110.991
				Reservas de sobras		214.546	65.918
				Sobras acumuladas		13.898	13.960
Total do ativo		1.178.400	1.272.167	Total do passivo e patrimônio líquido		1.178.400	1.272.167

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito "Sicoob Coopecredi"

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

	Nota	2020		2019
		2º semestre	Exercício	Exercício
Ingressos da intermediação financeira		29.727	63.113	81.982
Operações de crédito	7a	20.731	42.324	44.264
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	1.104	4.304	10.722
Títulos e valores mobiliários	5	2.282	8.951	26.429
Ingressos de depósitos intercooperativos	6	5.610	7.534	567
Dispêndios da intermediação financeira		(14.242)	(33.231)	(61.986)
Operações de captação no mercado	13 e 14	(7.144)	(16.235)	(33.327)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	15	(1.585)	(6.978)	(14.228)
Provisão para perdas em operações de crédito	8b	(4.858)	(9.279)	(13.042)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8b	(655)	(739)	(1.389)
Resultado bruto da intermediação financeira		15.485	29.882	19.996
Outros ingressos operacionais		10.072	20.323	39.506
Ingressos de prestação de serviços		2.238	3.657	5.559
Outros ingressos operacionais	21	7.834	16.666	33.947
Outros (dispêndios) operacionais		(14.003)	(25.110)	(30.364)
Dispêndios administrativos	22	(3.755)	(7.448)	(8.567)
Dispêndios de pessoal e honorários	23	(6.999)	(13.321)	(12.151)
Dispêndios de depreciação e amortização		(508)	(926)	(546)
Outros dispêndios operacionais	24	(2.741)	(3.415)	(9.100)
Resultado operacional		11.554	25.095	29.138
Resultado não operacional		(401)	2.534	(4.067)
Resultado antes da tributação e participações		11.153	27.629	25.071
Imposto de renda e contribuição social		6	-	(395)
Participação dos funcionários		(793)	(1.493)	(1.410)
Sobra líquida antes da reversão dos juros sobre o capital integralizado		10.366	26.136	23.266
Juros sobre o capital	20b	2.124	2.124	1.914
Sobra líquida do semestre/exercícios		12.490	28.260	25.180

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito “Sicoob Coopecredi”

Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Sobra líquida do semestre/exercícios	12.490	28.260	25.180
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercícios	12.490	28.260	25.180

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito “Sicoob Coopecredi”

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

	Capital social		Reservas de sobras			Sobras acumuladas	Total
	Capital Subscrito	Capital a realizar	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Contingências		
Saldos em 1º de janeiro de 2019	108.125	(5)	45.174	1.067	12.600	6.399	173.360
Aumento de capital com sobras	4.485	-	-	-	-	(4.485)	-
Distribuição de sobras	-	-	-	-	-	(1.914)	(1.914)
Reversão de reserva	1.067	-	-	(1.067)	-	-	-
Integralização/subscrição de capital	410	-	-	-	-	-	410
Devolução de capital	(4.918)	-	-	-	-	-	(4.918)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	25.180	25.180
Juros sobre o capital	1.914	-	-	-	-	(1.914)	-
IRRF sobre juros ao capital	(87)	-	-	-	-	-	(87)
Destinação da reserva legal	-	-	5.817	-	-	(5.817)	-
Destinação da reserva estatutária	-	-	-	2.327	-	(2.327)	-
FATES - associados	-	-	-	-	-	(1.162)	(1.162)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	110.996	(5)	50.991	2.327	12.600	13.960	190.869
Aumento de capital com sobras	6.369	-	-	-	-	(6.369)	-
Aumento de reserva com sobras	-	-	4.000	-	-	(4.000)	-
Distribuição de sobras	-	-	-	-	-	(3.591)	(3.591)
Constituição de reserva	-	-	-	-	138.710	-	138.710
Reversão de reserva	2.325	-	-	(2.327)	-	-	(2)
Integralização/subscrição de capital	168	5	-	-	-	-	173
Devolução de capital	(4.526)	-	-	-	-	-	(4.526)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	28.260	28.260
Juros sobre o capital	2.124	-	-	-	-	(2.124)	-
IRRF sobre juros ao capital	(106)	-	-	-	-	-	(106)
Destinação da reserva legal	-	-	5.889	-	-	(5.889)	-
Destinação da reserva estatutária	-	-	-	2.356	-	(2.356)	-
Destinação para o Fundo de Ação Social	-	-	-	-	-	(235)	(235)
FATES - associados	-	-	-	-	-	(1.178)	(1.178)
FATES - não associados	-	-	-	-	-	(2.580)	(2.580)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	117.350	-	60.880	2.356	151.310	13.898	345.794

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito "Sicoob Coopecredi"

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

...Continuação

	Capital social		Reservas de sobras			Sobras acumuladas	Total
	Capital Subscrito	Capital a realizar	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Contingências		
Saldos em 1º de julho de 2020	108.949	(2)	50.991	2.327	12.600	29.730	204.595
Aumento de capital com sobras	6.369	-	-	-	-	(6.369)	-
Aumento de reserva com sobras	-	-	4.000	-	-	(4.000)	-
Distribuição de sobras	-	-	-	-	-	(3.591)	(3.591)
Constituição de reserva	-	-	-	-	138.710	-	138.710
Reversão de reserva	2.325	-	-	(2.327)	-	-	(2)
Integralização/subscrição de capital	62	2	-	-	-	-	64
Devolução de capital	(2.373)	-	-	-	-	-	(2.373)
Sobre líquida do semestre	-	-	-	-	-	12.490	12.490
Juros sobre o capital	2.124	-	-	-	-	(2.124)	-
IRRF sobre juros ao capital	(106)	-	-	-	-	-	(106)
Destinação da reserva legal	-	-	5.889	-	-	(5.889)	-
Destinação da reserva estatutária	-	-	-	2.356	-	(2.356)	-
Destinação para o Fundo de Ação Social	-	-	-	-	-	(235)	(235)
FATES - associados	-	-	-	-	-	(1.178)	(1.178)
FATES - não associados	-	-	-	-	-	(2.580)	(2.580)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	117.350	-	60.880	2.356	151.310	13.898	345.794

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito "Sicoob Coopecredi"

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

	2020	2019
	2º semestre	Exercício
	(107.399)	132.049
	(107.399)	(78.282)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais		
Sobra ajustada do semestre/exercícios	18.965	40.225
Sobra líquida do semestre/exercícios	12.490	28.260
Provisão para perdas em operações de crédito	4.858	9.279
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	655	739
Depreciações e amortizações	508	926
Residual de baixas do imobilizado de uso e intangível	4	4
Provisões passivas	450	1.017
(Aumento) redução nos ativos	(30.838)	206.816
Aplicações interfinanceiras de liquidez	636	91.441
Títulos e valores mobiliários	(15.343)	(29.333)
Operações de crédito	(25.788)	(4.106)
Outros créditos e outros valores e bens	9.657	148.814
(Redução) aumento nos passivos	(95.526)	(114.992)
Depósitos	38.873	210.316
Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias	(6.159)	(83.425)
Relações interfinanceiras	(126.952)	(238.386)
Relações interdependências	4.756	3.311
Obrigações por empréstimos e repasses	(49)	(44)
Provisões, outras obrigações e resultado de exercícios futuros	(5.995)	(6.764)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(2.441)	(6.072)
Aumento de investimentos	(722)	(2.197)
Aquisições de imobilizado de uso e intangível	(1.719)	(3.875)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(6.008)	(8.052)
Distribuição de sobras	(3.591)	(3.591)
Reversão de reserva	(2)	(2)
Integralização/subscrição de capital	64	173
Devolução de capital	(2.373)	(4.526)
IRRF sobre juros ao capital	(106)	(106)
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(115.848)	117.925
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios (nota 3)	644.604	410.831
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios (nota 3)	528.756	528.756
	528.756	410.831

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito “Sicoob Coopecredi”

Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito “Sicoob Coopecredi” (“Cooperativa”), fundada em 15 de dezembro de 1974, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária. Em relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a mesma adquiriu personalidade na data de 12 de janeiro de 1976, através do registro sob nº 44.469.161/0001-02.

A Cooperativa está sediada na Avenida Antônio Albino, nº 1.671, Vila Garavello, em Guariba SP e tem sua área de ação nos municípios de Araraquara, Barrinha, Dobrada, Dumont, Guatapar, Pradópolis, Jaboticabal, Mato, Monte Alto, Motuca, Pitangueiras, Pontal, Ribeirão Preto, Rincão, Santa Ernestina, Sertãozinho, Taiapu, Taiva e Taquaritinga, todos no Estado de São Paulo.

Tem por objeto social, além de outras operações que venham a ser permitidas às sociedades cooperativas de crédito, o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações segundo a regulamento em vigor; prover, por meio da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados; e a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN n 4.434/2015.  filiada Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo e componente do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob.

Em 18 de dezembro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da denominação social de Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Guariba - Sicoob Coopecredi, para Coopecredi Guariba - Cooperativa de Crédito “Sicoob Coopecredi”.

O Sicoob Coopecredi tem implementado medidas para gestão das operações e apoio aos empregados e comunidades, diante da pandemia da COVID-19, exercendo permanente monitoramento dos impactos que podem afetar as operações e os resultados. Os dirigentes acompanham permanentemente os efeitos da crise e impactos nas operações, orientando a atuação da Cooperativa em assuntos estratégicos, operacionais, prudenciais e negociais, entre outros, além das ações de entidades reguladoras e governamentais, para promoção da segurança das pessoas e das organizações.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. O Sicoob Coopecredi junto a seus associados, empregados e a comunidade está fazendo a sua parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da sua missão.

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009, as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento, quais sejam:

- CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/2012;
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/2008;
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/2008;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/2009;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/2011;

- CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/2011;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/2015; e
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa e foram aprovadas em 12 de fevereiro de 2021, as quais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/2020 que regulamentou procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e com a Resolução BCB nº 2/2020, que estabeleceu diretrizes, incluindo a divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente, abertura de saldos no Balanço Patrimonial de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, depreciações e amortizações, no ativo, e provisões, no passivo, alterações que não influenciaram no saldo total desta demonstração.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

b.1 Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

b.4 Instrumentos Financeiros

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas ou ajustes a valor de realização.

b.5 Aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras - ativo

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas ou ajustes a valor de realização.

A Circular BACEN nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

b.6 Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

b.7 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as operações de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

b.8 Devedores por depósitos em garantia

Seja por determinação judicial ou espontaneidade da Administração, quando depositados valores para suportar passivos contingentes constituídos.

b.9 Investimentos

Representados por participações societárias avaliadas ao custo de aquisição.

b.10 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

b.11 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

b.12 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (*impairment*).

b.13 Depósitos à vista, sob aviso e a prazo

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos sob aviso e a prazo pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar; e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.

b.14 Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias

Representados por títulos emitidos por instituições financeiras, com a finalidade de captação de recursos para participantes da cadeia do agronegócio, demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço.

b.15 Relações Interfinanceiras - passivo

São atualizadas pelos encargos contratados proporcionalmente até a data do balanço.

b.16 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base a estimativa do risco envolvido.

b.17 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

b.18 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. A administração da cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

b.19 Segregação de ativos e passivos

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante. Essa segregação considera a intenção da administração da Cooperativa na manutenção de ativos.

b.20 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com associados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

b.21 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.

3 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades, as aplicações interfinanceiras de liquidez, os títulos e valores mobiliários e as relações interfinanceiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa.

Descrição	2020	2019
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	2.336	2.686
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	-	69.930
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	-	331.527
Relações interfinanceiras (nota 6)	526.420	6.688
	528.756	410.831

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2020		2019	
	De 91 até 360 dias	Até 90 dias	De 91 até 360 dias	Total
Depósitos interfinanceiros	77.238	69.930	168.679	238.609

Os depósitos interfinanceiros referem-se, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no Bancoob S/A, com remuneração de 101% do CDI. Tal recurso tem por objetivo garantir operações firmadas junto ao mesmo banco. Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – aplicações interfinanceiras de liquidez, rendimentos no montante de R\$ 4.304 (R\$ 10.722 em 2019). No decorrer do exercício de 2020, parte do montante de aplicações interfinanceiras de liquidez foi resgatado e aplicado em centralização financeira (nota 6).

5 Títulos e valores mobiliários

Descrição	2020		2019	
	De 91 até 360 dias	Até 90 dias	De 91 até 360 dias	Total
Título de renda fixa	90.026	331.527	60.693	392.220

Trata-se de recursos investidos em Cédula de Produtor Rural - CPR, Certificado de Recebimento do Agronegócio - CRA e Letras Financeiras – LF. Os títulos e valores mobiliários estão custodiados na CETIP. Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – títulos e valores mobiliários, rendimentos no montante de R\$ 8.951 (R\$ 26.429 em 2019). No decorrer do exercício de 2020, parte do montante de títulos e valores mobiliários foi resgatado e aplicado em centralização financeira (nota 6).

6 Relações interfinanceiras

Descrição	2020	2019
Centralização financeira	526.420	6.688

Refere-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao Sicoob São Paulo, conforme determinado no art. 24º da Resolução CMN nº 4.434/2015. A centralização financeira é remunerada pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Foram registrados no resultado do exercício em ingressos da intermediação financeira – ingressos de depósitos intercooperativos, rendimentos no montante de R\$ 7.534 (R\$ 567 em 2019).

7 Operações de crédito

a Composição da carteira de crédito por modalidade

Modalidade	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento a depositantes	10	-	10	96	-	96
Cheque especial e conta garantida	7.169	-	7.169	9.194	-	9.194
Títulos descontados	23.564	-	23.564	16.304	-	16.304
Empréstimos e financiamentos	91.174	108.135	199.309	54.294	70.491	124.785
Financiamentos rurais e agroindustriais: próprios e repasses	176.118	14.816	190.934	143.655	132.052	275.707
	298.035	122.951	420.986	223.543	202.543	426.086

Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito, rendimentos no montante de R\$ 42.324 (R\$ 44.264 em 2019).

b Composição por nível de risco e situação do vencimento

Nível de risco	Provisão %	2020			2019		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
AA	-	-	49.768	49.768	-	71.053	71.053
A	0,5	-	127.787	127.787	-	85.614	85.614
B	1	-	159.732	159.732	333	214.661	214.994
C	3	48	65.557	65.605	317	33.198	33.515
D	10	4	13.464	13.468	530	13.827	14.357
E	30	96	2.532	2.628	263	4.344	4.607
F	50	5	251	256	3	444	447
G	70	-	35	35	-	-	-
H	100	617	1.090	1.707	993	506	1.499
		770	420.216	420.986	2.439	423.647	426.086

c Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento

	2020			
Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a depositantes	10	-	-	10
Cheque especial e conta garantida	7.169	-	-	7.169
Títulos descontados	22.630	934	-	23.564
Empréstimos e financiamentos	16.991	74.182	108.136	199.309
Financiamentos rurais e agroindustriais: próprios e repasses	14.962	161.157	14.815	190.934
	61.762	236.273	122.951	420.986

	2019			
Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a depositantes	96	-	-	96
Cheque especial e conta garantida	9.194	-	-	9.194
Títulos descontados	13.433	2.871	-	16.304
Empréstimos e financiamentos	14.252	40.042	70.491	124.785
Financiamentos rurais e agroindustriais: próprios e repasses	110.150	33.505	132.052	275.707
	147.125	76.418	202.543	426.086

d Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica

					2020
Descrição	Empréstimos/TD/AD/ Cheque especial/ Conta garantida	Financiamentos	Financiamentos rurais e agroindustriais	Total	% da Carteira
	Setor privado - Comércio	29.567	2.009	-	31.576
Setor privado - Indústria	50.739	2.989	-	53.728	13%
Setor privado - Serviços	30.602	8.501	-	39.103	9%
Pessoa física	62.586	5.707	187.272	255.565	61%
Outros	37.123	229	3.662	41.014	10%
	210.617	19.435	190.934	420.986	100%

					2019
Descrição	Empréstimos/TD/AD/ Cheque especial/ Conta garantida	Financiamentos	Financiamentos rurais e agroindustriais	Total	% da Carteira
	Setor privado - Comércio	18.034	400	-	18.434
Setor privado - Indústria	40.677	957	-	41.634	10%
Setor privado - Serviços	24.280	5.239	152	29.671	7%
Pessoa física	33.247	1.753	272.247	307.247	72%
Outros	25.592	200	3.308	29.100	7%
	141.830	8.549	275.707	426.086	100%

e Concentração dos principais devedores

Descrição	2020	% Carteira total	2019	% Carteira total
Maiores devedor	26.130	6%	22.549	5%
10 maiores devedores	94.412	22%	89.915	21%
50 maiores devedores	221.381	52%	237.055	56%

f Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2020, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 8.961 (R\$ 11.680 em 2019). Em 2020, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 675 (R\$ 12.838 em 2019), registrados em outros ingressos operacionais (nota 21).

8 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a Composição por tipo de operação

Descrição	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(5.213)	(2.985)	(8.198)	(5.140)	(2.985)	(8.125)
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(1.356)	(276)	(1.632)	(1.185)	(1.044)	(2.229)
	(6.569)	(3.261)	(9.830)	(6.325)	(4.029)	(10.354)

b Movimentação das provisões perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Descrição	2020	2019
Saldo Inicial	(10.354)	(7.122)
Créditos baixados para prejuízo	1.193	174
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(9.279)	(13.042)
Constituição da provisão para perdas em outros créditos	(739)	(1.389)
Reversão da provisão para perdas em operações de crédito (nota 21)	7.614	9.960
Reversão da provisão para perdas em outros créditos (nota 21)	1.735	1.065
Saldo final	(9.830)	(10.354)

9 Outros créditos

Descrição	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Avais e fianças honrados (i)	75	-	75	96	-	96
Rendas a receber (ii)	130	-	130	41	-	41
Títulos e créditos a receber (iii)	911	499	1.410	993	1.670	2.663
Devedores por compra de valores e bens (iv)	425	1.509	1.934	-	-	-
Devedores por depósitos em garantia (nota 18)	-	4.822	4.822	146.844	4.774	151.618
Outros valores de crédito (v)	485	-	485	405	-	405
	2.026	6.830	8.856	148.379	6.444	154.823

- (i) Refere-se às operações com cartão de crédito de associados inadimplentes que entraram em cessão de crédito.
- (ii) Estão registrados os valores referentes aos convênios com bancos e empresas para recebimento de contas como: energia elétrica, saneamento, telecomunicações, tributos municipais, estaduais e federais, entre outros, de liquidez dentro de 90 dias.
- (iii) Em títulos e créditos a receber estão registrados os valores a receber de tarifas e de outros contratos de crédito.
- (iv) Em devedores por compra de valores e bens estava registrado título a receber pela venda de imóvel obtido em dação de pagamento de operação de crédito, atualizado a 99% do CDI, de acordo com instrumento particular de venda e compra firmado em 10/11/2014 e distrato firmado em 18 de janeiro de 2019.
- (v) Em outros valores de crédito estão registradas pendências a regularizar junto ao Bancoob, basicamente, na compensação, e impostos e contribuições a compensar.

10 Outros valores e bens

Descrição	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Bens não de uso próprio (i)	5.935	5.579	11.514	-	19.726	19.726
Material em estoque	20	-	20	22	-	22
Despesas antecipadas	26	-	26	2	-	2
(-) Provisão para desvalorização (i)	-	-	-	-	(4.007)	(4.007)
	5.981	5.579	11.560	24	15.719	15.743

- (i) Refere-se a imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento de dívidas decorrentes de operações de crédito. Referidos bens são destinados à venda e deduzidos pela provisão para desvalorização, quando identificada.

11 Investimentos

Descrição	2020	2019
Sicoob São Paulo	23.166	21.949
Bancoob	14.971	14.001
SicoobSP Corretora	5	-
Ativos SicoobSP	5	-
	38.147	35.950

12 Imobilizado de uso e intangível

Descrição	Taxa anual de depreciação / amortização	2020		2019	
		Custo corrigido	Depreciação/ amortização acumulada	Total líquido	Total líquido
Imobilizado de uso					
Imobilizações em curso	-	1.197	-	1.197	1.305
Instalações	10%	1.864	(1.115)	749	806
Móveis e equipamentos	De 10% a 20%	5.125	(2.693)	2.432	1.277
Veículos	20%	684	(346)	338	461
Imóveis	4%	8.335	(519)	7.816	5.762
		<u>17.205</u>	<u>(4.673)</u>	<u>12.532</u>	<u>9.611</u>
Intangível					
Software	10%	593	(464)	129	105
		<u>17.798</u>	<u>(5.137)</u>	<u>12.661</u>	<u>9.716</u>

13 Depósitos

Descrição	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Taxa média (% a.m.)	Taxa média (% a.m.)
Depósito à vista	126.668	-	-	-
Depósito sob aviso (i)	1.708	-	0,19	0,37
Depósito a prazo (ii)	505.964	5.390	0,17	0,36
Total	634.340	5.390		
				429.414

- (i) Os depósitos sob aviso são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e tem exigibilidade imediata. Conforme Resolução CMN nº 3.454/2007, essa modalidade pode ser mantida até o seu resgate total, sendo vedada nova contratação a partir de 31 de dezembro de 2007.

- (ii) Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados.

Os depósitos estão garantidos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução CMN nº 4.284/2013 do BACEN.

Descrição	2020	% Carteira total	2019	% Carteira total
Maior depositante	139.565	22%	80.940	19%
10 maiores depositantes	251.354	39%	176.917	41%
50 maiores depositantes	399.831	62%	329.338	77%

No exercício de 2020, foram registrados R\$ 12.208 (R\$ 24.108 em 2019) no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de depósitos a prazo.

14 Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias

Descrição				2020			2019
	Circulante	Não circulante	Total	Taxa média (% a.m.)	Circulante	Taxa média (% a.m.)	
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	13.424	-	13.424	0,21	-	-	
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	121.059	16.140	137.199	0,21	234.048	0,33	
	134.483	16.140	150.623		234.048		

Referem-se a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, com garantia de imóveis e Letras de Crédito do Agronegócio – LCA, com garantia em direitos creditórios agronegócio, emitidas pela Cooperativa. São remuneradas por encargos financeiros calculados com base em um percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários.

Criados pela Lei nº 11.076/2004, esses papéis têm como um de seus atrativos o fato de que os investidores pessoas físicas têm seus rendimentos isentos de imposto de renda e carência mínima de 90 dias conforme artigo 5º da Resolução nº 4.410/2015, e a partir de 23 de maio de 2013, as Letras de Créditos do Agronegócio e de Crédito Imobiliário são cobertas pelo FGCoop, com limite de até R\$ 250 mil por investidor. No exercício de 2020 e 2019, os rendimentos das LCA's e das LCI's foram registrados no resultado em operações de captação no mercado.

No exercício de 2020, foram registrados R\$ 4.027 (R\$ 9.219 em 2019) no resultado em operações de captação no mercado, de LCI e LCA.

15 Relações interfinanceiras

a Composição do saldo

Instituições	Taxas	2020		2019	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Total
Bancoob	De 6% a 9,5% a.a.	16.673	137.555	117.504	255.059

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e capital de giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. No exercício de 2020, foram registrados R\$ 6.978 (R\$ 14.228 em 2019) no resultado em operações de empréstimos, cessões e repasses, substancialmente de relações interfinanceiras.

b Composição do saldo por faixa de vencimento

Descrição	2020			Total
	Até 90	De 91 a 360	Total	
Bancoob	11.956	4.717	16.673	

Descrição	2019			Total
	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	
Bancoob	106.776	30.779	117.504	255.059

16 Relações interdependências

Descrição	2020	2019
Ordens de pagamento	4.756	1.445

Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

17 Obrigações por empréstimos e repasses

Instituições	Taxa	2020			2019		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Tesouro nacional (Securitização)	3% a.a.	51	191	242	51	235	286

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e capital de giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

18 Provisões

Descrição	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para garantias prestadas	477	134	611	332	137	469
Provisão para contingências	-	5.326	5.326	8.854	143.264	152.118
	477	5.460	5.937	9.186	143.401	152.587

a Composição da provisão para contingências e dos devedores por depósitos em garantia nos exercícios

Descrição	2020		2019	
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
IRRF (i)	-	-	146.844	146.844
PIS (ii)	1.062	627	1.038	612
COFINS (ii)	3.296	3.296	3.261	3.261
IR sobre sobras	800	800	785	785
Cíveis	88	70	100	87
Trabalhistas	80	29	90	29
	5.326	4.822	152.118	151.618

- (i) A Cooperativa questionava judicialmente a retenção do imposto de renda retido na fonte - IRRF incidente sobre os rendimentos de aplicações financeiras auferidos por seus associados nas operações realizadas com ela e registrando a correspondente obrigação e efetuando os depósitos judiciais relacionados a esse assunto, que estavam contabilizados em devedores por depósitos em garantia no ativo (nota 9). Em 2020, a Cooperativa obteve êxito no processo judicial nº 000987366.1999.403.6102, tramitado na 6ª Vara Federal de Ribeirão Preto SP, e efetuou o levantamento dos depósitos judiciais no montante de R\$ 138.710, líquido dos honorários advocatícios e impostos correspondentes. Em dezembro de 2020 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária pela Criação do Fundo de Reserva de Contingência Fiscal (nota 20c), compondo o patrimônio líquido da Cooperativa, formado pelos valores revertidos da referida provisão do IRRF.
- (ii) PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a Cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos associados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados em depósitos em garantia no ativo.

b Movimentação da provisão para contingência nos exercícios

Descrição	Valor
Saldo em 1º de janeiro de 2020	152.118
Reversão Reserva de contingências (nota 20c)	(138.710)
Baixa honorários e tributos - IRRF	(8.854)
Depósitos	377
Outras reversões (nota 21)	(28)
Atualização	423
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.326

A administração da Cooperativa, fundamentada na tese de que toda a movimentação financeira das cooperativas de crédito constitui ato cooperativo, não caracterizando base imponible para tributação, não apura o PIS e a COFINS. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2020 é de, aproximadamente, R\$ 22.146. A Cooperativa, baseada no seu entendimento, e na opinião de seus assessores jurídicos que classificam as respectivas demandas como de perda possível, mas não provável, não efetuou provisão para fazer face a esses passivos contingentes. A Cooperativa não possui outros processos, além dos já citados, que indicam perda provável ou possível em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

19 Outras obrigações

Descrição	2020	2019
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	24	107
Sociais e estatutárias:		
Provisão para participações nos lucros	1.574	1.256
Resultado de atos com associados (i)	1.783	1.164
Resultado de atos com não associados (i)	2.874	293
Fundos voluntários (ii)	236	-
Quotas de capital a pagar (iii)	2.571	1.360
	<u>9.038</u>	<u>4.073</u>
Fiscais e previdenciárias:		
Provisão para impostos e contribuições	-	281
Impostos e contribuições a recolher	728	637
	<u>728</u>	<u>918</u>
Diversas:		
Obrigações por aquisição de bens e direitos	145	196
Obrigações por prestação de serviços de pagamento (iv)	1.090	678
Provisão para despesas de pessoal	1.521	-
Provisão para pagamentos a efetuar (v)	407	2.005
Credores diversos - País (vi)	1.601	482
	<u>4.764</u>	<u>3.361</u>
	<u>14.554</u>	<u>8.459</u>

- (i)** O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 20b).
- (ii)** Recursos do Fundo de Ação Social (nota 20b).
- (iii)** Refere-se às quotas de capital a devolver de associados desligados.
- (iv)** Referem-se a obrigações de pagamentos das contas salário.
- (v)** Refere-se a provisão para pagamento de despesas com água/energia/gás, aluguéis, assessoria técnica, auditoria externa, processamento de dados, segurança e vigilância, seguros e planos de saúde.
- (vi)** Em credores diversos estão registradas pendências a regularizar junto ao Bancoob, basicamente na compensação, e cheques descontados e/ou depositados e não compensados.

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

20 Patrimônio líquido

a Capital social

É representado pelas integralizações de 7.910 e 7.071 associados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada associado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes.

O capital social é de R\$ 117.350 e de R\$ 110.996 em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respectivamente.

b Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2020 e de 2019, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações:

Descrição	2020	2019
Sobras do exercício, base de cálculo e destinações	28.260	25.180
Destinações estatutárias:		
Juros sobre o capital (i)	(2.124)	(1.914)
Reserva legal (ii)	(5.889)	(5.817)
Reserva estatutária (Fundo aumento capital) (iii)	(2.356)	(2.327)
Fundo de ação social (iv)	(235)	-
FATES (v)	(1.178)	(1.162)
Transferido para FATES	(2.580)	-
Sobras à disposição da Assembleia Geral	<u>13.898</u>	<u>13.960</u>

- (i)** Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, a serem propostos pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de dezembro de 2020, foram aprovados os juros ao capital. O montante a ser capitalizado de R\$ 2.018, líquido do IRRF, foi contabilizado como "Capital social", conforme determinação do plano de contas do COSIF Adicionalmente, conforme determinado pela Carta Circular BCB nº 3.935/2019, os juros sobre o capital social das cooperativas pagos ou creditados aos seus associados foram registrados no resultado do exercício, como "Outros dispêndios operacionais" (nota 24), e ajustados.
- (ii)** 25% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;
- (iii)** 10% para reserva estatutária com a finalidade de futuro aumento de capital dos associados;
- (iv)** 1% para o fundo de ação social, destinado a promover ações de natureza social, educacional, cultural, esportiva, bem como ações relativas ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável;
- (v)** 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus associados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 19 **(i)**).

c Reserva de contingências

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de junho de 2014, foi aprovada a criação do Fundo de Contingências, destinado a cobrir eventuais prejuízos ou perdas decorrentes da inadimplência da carteira de crédito, de ações judiciais ou administrativas, aquisição ou reforma de bens móveis e imóveis e cobrir demais perdas no exercício. Em 31 de dezembro de 2020, o montante referente a este fundo era de R\$ 12.600.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2020, foi aprovada a criação do Fundo de Reserva de Contingência Fiscal, constituído pelo valor de R\$ 138.710, referente aos valores retidos das aplicações financeiras advindas do processo nº 0009873-66.1999.403.6102, subtraído dos honorários advocatícios e impostos (nota 18 (i)). O Fundo destina-se a contingenciar ações administrativas ou judiciais relacionadas ao processo em referência.

d Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 11 de setembro de 2020, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2020 para distribuição de sobras (R\$ 3.591), para aumento de capital (R\$ 6.369) e para aumento da reserva legal (R\$ 4.000).

21 Outros ingressos operacionais

Descrição	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 8b)	3.587	7.614	9.960
Reversão de provisão para outros créditos (nota 8b)	1.066	1.735	1.065
Distribuição de sobras e dividendos de investimentos	-	1.375	2.070
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (nota 7f)	255	675	12.838
Juros ao capital recebidos do Sicoob São Paulo	613	613	1.211
Atualização de depósitos judiciais	23	408	5.193
Rendas de repasse Del Credere	89	259	243
Reversão de provisão para contingências (nota 18b)	18	28	-
Rendas de fianças	9	11	4
Outras rendas operacionais	2.174	3.948	1.363
	7.834	16.666	33.947

22 Dispêndios administrativos

Descrição	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Serviços do sistema financeiro	(758)	(1.597)	(1.433)
Processamento de dados	(508)	(1.003)	(801)
Serviços técnicos especializados	(356)	(817)	(1.396)
Serviços de vigilância e segurança	(406)	(810)	(822)
Comunicações	(249)	(485)	(492)
Transporte	(218)	(441)	(466)
Aluguéis	(142)	(263)	(237)
Água energia e gás	(132)	(248)	(219)
Serviços de terceiros	(84)	(191)	(283)
Despesas tributárias	(54)	(169)	(502)
Manutenção e conservação de bens	(78)	(137)	(237)
Material	(90)	(137)	(119)
Promoções e relações públicas	(70)	(89)	(112)
Viagem no país	(43)	(87)	(162)
Seguros	(37)	(49)	(57)
Publicações	(13)	(14)	(4)
Propaganda e publicidade	(6)	(7)	(34)
Outros	(511)	(904)	(1.191)
	(3.755)	(7.448)	(8.567)

23 Dispêndios de pessoal e honorários

Descrição	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Proventos	(4.125)	(7.841)	(7.055)
Encargos sociais	(1.491)	(2.838)	(2.747)
Benefícios e empregados	(741)	(1.374)	(1.063)
Honorários e cédulas de presença	(642)	(1.268)	(1.254)
Treinamentos	-	-	(32)
	(6.999)	(13.321)	(12.151)

24 Outros dispêndios operacionais

Descrição	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Juros sobre o capital (nota 20b)	(2.124)	(2.124)	(1.914)
Provisões passivas	(450)	(1.017)	(5.750)
Tributárias	(69)	(115)	(260)
Desconto concedido	(33)	(65)	(879)
Outros	(65)	(94)	(297)
	(2.741)	(3.415)	(9.100)

25 Coobrigações e riscos em garantias prestadas

A Cooperativa é avalista de seus associados em transações que montam R\$ 35.708 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 31.243 em 2019), registradas em contas de compensação.

26 Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

27 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras e operações de crédito, no ativo, e depósitos, recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias, relações interfinanceiras, relações interdependências e obrigações por empréstimos e repasses, no passivo.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

28 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal). As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC/LCI/LCA e operações de crédito.

As operações são assim resumidas nos exercícios:

Natureza da operação	2020	2019
Operações de crédito	16.612	70.940
Depósitos à vista/a prazo/LCI/LCA	83.770	83.337
Honorários	966	1.176
Cédulas de presença	302	77

29 Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

O Sicoob São Paulo representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

a Atribuições estatutárias

O Sicoob São Paulo tem por objetivo efetuar a centralização financeira, a fiscalização e o assessoramento nas áreas de crédito, econômica, tecnológica, contábil, marketing e comunicação, organização e métodos, capacitação profissional e jurídica das cooperativas que o integram. Cabe ainda ao Sicoob São Paulo o monitoramento, a supervisão e a orientação administrativa e operacional de suas associadas, no sentido de prevenir e corrigir situações anormais que possam acarretar riscos para a solidez de suas associadas ou do sistema.

b Os saldos das transações da Cooperativa com o Sicoob São Paulo nos exercícios

As operações financeiras são realizadas em condições normais de mercado e regulamentações internas.

Descrição	2020	2019
Principais saldos:		
Ativo		
Circulante		
Relações interfinanceiras (nota 6)	526.420	6.688
Não circulante		
Investimentos (nota 11)	23.166	21.949
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos		
Ingressos da intermediação financeira (nota 6)	7.534	567

30 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

a Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

b Risco de Mercado e de liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

c Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

d Risco de crédito e socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

e Gestão de Continuidade de Negócios (GCN)

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

31 Índice de Basileia

Descrição	2020	2019
Patrimônio de referência (PR)	345.663	178.076
Ativo ponderado pelo risco (RWA) – Regime Prudencial Completo	791.724	860.694
Índice de Basileia	42,33%	20,10%
Índice de imobilização	3,62%	5,40%

Em 16 de março de 2020, o Banco Central do Brasil – BACEN tornou público a Resolução CMN nº 4.783/2020, que estabelece, por prazos determinados, percentuais a serem aplicados ao montante RWA, para fins de apuração da parcela ACPConservação de que trata a Resolução CMN nº 4.193/2013. No período de 1º de abril de 2020 a 31 de março de 2021, haverá a redução do Adicional de Conservação de Capital Principal (ACPConservação) de 2,5% para 1,25%, trazendo o percentual mínimo para o Índice de Basileia para 9,25% a partir de 1/4/2020. Esse percentual irá aumentar gradualmente em datas estabelecidas, retornando a 10,5% em 1/4/2022.

Delson Luiz Palazzo
Diretor Financeiro

Antonio Carlos Pongitor

Diretor Administrativo e
Diretor responsável pela área contábil

Carlos Eduardo Pinelli
Diretor Operacional

Michele Ap. Tavares Pinto
Contadora CRC 1SP260623/O-9

*** fim ***